

NOTA TÉCNICA Nº 012/2025
Fase Interna Licitação

I – Fiscalização

Processo: 0002/2025
Sequência: 0001/2025
Modalidade: Inexigibilidade por Credenciamento
Secretarias Requisitantes: Secretaria Municipal de Saúde
Ordenador de Despesa: Edson Adão dos Santos
Valor estimado da licitação: R\$ 113.800,00
Número de páginas: 39

II - Objeto

Credenciamento de pessoa jurídica visando a prestação de serviços complementares na área da saúde, para realização de exames de radiografia odontológica no município de Barão de Cocais/MG.

III - Fundamentação Legal

Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988 (Art.31, Art.70 a 74);
Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2.000;
Lei Municipal Complementar nº 1.433 de 27 de fevereiro de 2009 e suas alterações;
Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021;
Decreto Municipal nº 107, de 08 de fevereiro de 2021;
Decreto Municipal nº. 247 de 01 de setembro de 2023;
Plano Plurianual vigente;
Lei Orçamentária Anual vigente;
Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;
Instrução Normativa nº. 52 de 29 de julho de 2022;
Instrução Normativa Municipal nº 006, de 07 de agosto de 2017;
Instrução Normativa Municipal nº 014, de 06 de maio de 2021;
Instrução Normativa Municipal nº. 018, de 20 de março de 2.023;
Instrução Normativa Municipal nº. 019, de 20 de março de 2.023;
Instrução Normativa Municipal nº. 020, de 30 de maio de 2.023;
Decisão Normativa Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nº 02 de 26 de outubro de 2016.

IV – Metodologia

As auditorias de conformidades preventivas em processos licitatórios, são realizadas confrontando aspectos técnicos e legais, utilizando-se ferramentas como o *checklist* elaborado com base no que determina as legislações citadas acima. Cada ponto técnico é verificado e apontado na Nota Técnica, que é incorporada ao processo, cabendo ao ordenador de despesas, alterações ou justificativa.

A Secretaria de Controle Interno articula informações com o objetivo de resguardar a administração pública, por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e desempenho na gestão dos recursos e bens públicos, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito das Secretarias Municipais.

V – Análise

Trata-se de Inexigibilidade de licitação, através de procedimento auxiliar de Credenciamento com adoção de apuração global, para contratação de pessoa jurídica visando a prestação de serviços complementares na área da saúde, para realização de exames de radiografia odontológica no município de Barão de Cocais/MG, tendo como valor estimado a importância de R\$ 113.800,00 (cento e treze mil e oitocentos reais).

Os presentes autos vieram para a Secretaria Municipal de Controle Interno, para verificação dos aspectos procedimentais e legais do processo licitatório. Os pontos de verificação estão no *checklist* anexo a Nota Técnica.

VI – Conclusão

Levando em consideração os documentos que constam nos autos até a presente data, após exames detalhados dos autos até a presente data, e com base nas regras insculpidas pela Lei nº. 14.133/2021, esta Controladoria dá parecer favorável para prosseguimento.

Entretanto, ressalta-se quanto a devida publicidade do edital de licitação, a qual deverá ser realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em conformidade do art. 54, da Lei 14.133/2021.

Barão de Cocais, 05 de fevereiro de 2025.



CHECK-LIST PARA INEXIGIBILIDADE

PROCESSO Nº 0119/2024

SEQUÊNCIA: 0040/2024

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art.74, inciso IV, c/c art. 79, II, da Lei Federal nº.14.133/2021.

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica visando a prestação de serviços complementares na área da saúde para realização de exames de radiografia odontológica no município de Barão de Cocais/MG.

LEGENDA: S – SIM N – NÃO NA – NÃO APLICÁVEL

DESCRIÇÃO

**DISPOSITIVO
LEGAL**

S

N

NA

FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

O Processo Administrativo foi formalizado por meio de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado?

S,
Págs. 01/139.

Consta no processo documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo?

Lei nº 14.133/2021, art.72, inciso I; Decreto nº 247/2023.

S,
DFD nº 01/2025 /
SMS
Págs. 01/02v.

ETP
Págs. 03/06v.

Termo De
Referência/Anexos
Págs. 28/37v.

O Documento de Formalização da Demanda e o Estudo Técnico Preliminar estão de acordo com a Instrução Normativa nº 18/2023?

Instrução Normativa nº 18/2023.

S,
Págs. 01/06v.

Consta informação do uso ou justificativa para não utilização do catálogo eletrônico de padronização?

Lei 14.133/2021, art.19, § 2º, e art. 40, §1º; Decreto nº 247/2023, art. 28.

S,
DFD
Págs. 01.

Foi certificado que o objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual – PCA?

Lei nº 14.133/2021, art. 12, VII c/c art. 18; Decreto nº 247/2023.

S,
ETP
Págs. 03v.

Termo de
Referência
Págs. 29.

Por se tratar de Credenciamento, este se enquadra em alguma das seguintes hipóteses:

Lei nº 14.133/2021, art. 79, incisos I, II e III; Decreto nº 247/2023, art. 71.

S,
ETP
Inciso II
Págs. 05v.

I - Paralela e não excludente: caso em



que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;		Termo de Referência Págs. 29.		
II - Com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;				
III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.				
Consta estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no art. 23 e com base na Instrução Normativa nº 20/2023?	Lei nº 14.133/2021, art. 23, Instrução Normativa nº 20/2023; Decreto nº 247/2023, art. 35.	S, Inserção no Sistema Cotação nº.00001/2025 Págs. 16/18. Justificativa acerca da Análise e Lançamento Págs. 19/19v. Decreto nº. 148/2025 Págs. 23/24.		
A autorização (emitida pela autoridade competente) para realização da licitação consta no processo?	Lei nº 14.133/2021, art.72, inciso VIII.	S, DFD Págs. 01/02v. ETP Págs. 03/06v. Termo De Referência/Anexos Págs. 28/37v.		
Consta no processo análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual?	Lei 14.133/2021, art. 18º, X.	S, Mapa de Gerenciamento de Riscos Págs. 07/11.		
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?	Lei 14.133/2021, art. 7º, <i>caput</i> ; Decreto nº 247/2023, art. 6º.	S, Termo de Designação de Agente de Contratação Págs. 12/13. Portaria nº 012/2025 Págs. 14/14v.		
Consta no processo a demonstração	Lei nº 14.133/2021,	S,		



da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido?	art. 72, inciso IV.	Solicitação de indicação de dotação e bloqueio orçamentário Págs. 20. Despacho Departamento de Contabilidade Págs. 22. Termo de Referência/Anexos Págs. 28/37v.		
Consta Decreto fixando o preço máximo para credenciamento?		S, Decreto Municipal nº. 148/2025 Págs. 23/24.		
Consta Termo de Referência	Lei nº. 14.133/2021, art. 18, inciso II e Instrução Normativa nº. 19/2023.	S, Termo de Referência Págs. 28/37v.		

Barão de Cocais, 05 de fevereiro de 2025.

Vera Lúcia Siqueira Ferreira
Secretária Municipal de Controle Interno

